



MUNICÍPIO DE OURÉM  
Câmara Municipal

## **EDITAL Nº 71/2018**

---- **Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque**, Presidente da Câmara Municipal de Ourém, torna público que, de acordo com a nova Organização dos Serviços Municipais, publicada no Diário da República, II Série, n.º 105, de 01 de junho de 2018, nos termos do artigoº 56.º, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, do disposto nos artigos 44.º e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 2 do artigo 36.º da lei supra mencionada, em cumprimento do seu despacho n.º **28/2017** e no âmbito das competências próprias e das que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 30 de outubro de 2017, foram **delegadas e subdelegadas** as seguintes competências nos vereadores: -----

---- **VEREADOR NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS** -----

---- Tarefas específicas (Pelouros):-----

1. Ambiente e Engenharia-----
2. Recursos Naturais-----
3. Obras Particulares-----
4. Planeamento do Território e Reabilitação Urbana -----
5. Sistema de Informação Geográfica -----
6. Turismo -----
7. Apoio ao Empresário -----

**A. Delegação de competências:** -----

1. No âmbito do **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, com a redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro: -----
  - a) Conceder autorização de utilização e alterações à utilização - (n.º 5, do art.º 4.º e n.º 3, do art.º 5.º);-----
  - b) Dirigir a instrução do procedimento de operações urbanísticas - (n.º 2, do art.º 8.º);-----
  - c) Decidir as questões de ordem formal e processual que possam obstar ao pedido, proferir despacho de aperfeiçoamento, proferir despacho de correcção ou complemento do pedido, proferir despacho de rejeição liminar, proferir despachos de conversão e de extinção do procedimento - (n.ºs 1 a 4, n.º 10 e n.º 11 do art.º 11.º); ----
  - d) Prorrogar o prazo de apresentação dos projectos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra - (n.º 5 do art.º 20.º);-----
  - e) Prorrogar o prazo para efeitos de acabamento de obra - (n.º 4, do art.º 53.º e n.º 6, do art.º 58.º); -----
  - f) Determinar a realização de vistorias para efeito de emissão de autorização de utilização (n.º 2, do art. 64.º); -----
  - g) Emitir alvarás de licença - (art.º 75.º );-----



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal



- h) Conceder prorrogação, por uma única vez, do prazo para a emissão do alvará - (n.º 2 do art.º 76.º, conjugado com o art.º 75.º);-----
  - i) Averbar a substituição do titular de alvará - (n.º 7, do art.º 77.º);-----
  - j) Proceder às comunicações, à conservatória do Registo Predial - (n.ºs 2 e 3 do art.º 79.º, conjugado com o art.º 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09);-----
  - k) Autorizar a realização de trabalhos de demolição, escavação e contenção periférica - (n.ºs 1 e 4 do art.º 81.º, conjugado com o art.º 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09);-----
  - l) Fiscalizar operações urbanísticas - (art.º 93.º e n.ºs 1 e 4 do art.º 94.º conjugado com o art.º 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09) -----
  - m) Embargar, ordenar a demolição, a remoção, a reposição do terreno e demais medidas de reposição da legalidade referentes a quaisquer operações urbanísticas executadas sem licença, sem comunicação prévia, com inobservância das condições comunicadas e aceites ou com os projectos aprovados, em desconformidade com os regulamentos ou posturas municipais, com as medidas preventivas, com as normas provisórias ou com as demais normas legais e regulamentares aplicáveis - (art.ºs 102.º, 102.º-A e 106.º conjugado com a alínea k) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09);-----
  - n) Ordenar trabalhos de correcção ou de alteração (n.º 1 do art.º 105.º);-----
  - o) Determinar a demolição da obra ou a reposição do terreno - (art.º 106.º);-----
  - p) Determinar a posse administrativa e a execução coerciva das medidas de tutela de legalidade, assim como ordenar a cobrança das custas advindas da execução coerciva - (art.º 107.º e 108.º, conjugado com o art.º 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09);-----
  - q) Ordenar a cessação de utilização de edifícios ou suas fracções autónomas que estejam a ser utilizados sem licença ou autorização de utilização, ou em desconformidade com as mesmas - (art.º 109.º, conjugado com o art.º 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09);-----
  - r) Proceder à liquidação das taxas em conformidade com o respectivo regulamento municipal - (n.º 1 do art.º 117.º conjugado com Regulamento e Tabela Geral das Taxas e outras Receitas do Município).-----
2. No âmbito de **outros licenciamentos com componente urbanística**:-----
- a) Emissão de alvará de autorização para fins turísticos - (n.º 2, do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de setembro).-----
  - b) Aceitar o registo de estabelecimentos de Alojamento Local ou determinar a realização de vistoria - (art.º 3.º da Portaria n.º 517/2008 de 25 de junho);-----
  - c) Saneamento, apreciação liminar e solicitação de correcção ou entrega complementar de elementos de pedidos instruídos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

novembro com a redacção do Decreto-Lei n.º 195/2008 de 06 de outubro, quando a entidade licenciadora seja a Câmara Municipal de Ourém - *(licenciamento e armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis)*;-----

- d) Saneamento e solicitação de elementos complementares nos pedidos instruídos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 06 de outubro com a redacção do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de outubro, quando a entidade licenciadora seja a Câmara Municipal de Ourém - *(pesquisa e exploração de massas minerais – pedreiras)*. -----

3. No âmbito do **Ambiente**:-----

- a) -Autorizar recolhas especiais, de resíduos sólidos urbanos produzidos pelos munícipes, nos termos do n.º 1, do art.º 6.º do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Ourém;-----

- b) -Autorizar a definição do local de instalação dos contentores, ou outros sistemas de deposição na via pública, nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Regulamento referido no número anterior;-----

- c) -Decidir sobre a conservação das redes e sistema de saneamento e ligação ao mesmo, decidir sobre a recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU's), de acordo com os regulamentos aplicáveis, nomeadamente:

- Autorizar a alteração de titular, morada ou tipologia;-----
- Autorizar a notificação da dívida acumulada; -----
- Autorizar o envio do processo para cobrança coerciva; -----
- Autorizar a facturação de novos clientes que reúnam as condições estabelecidas nas disposições legais e regulamentos aplicáveis; -----
- Autorizar o início da cobrança das taxas e tarifas de saneamento, quando a infra-estrutura exista no local;-----
- Isentar a ligação ao sistema público de drenagem de águas residuais nos termos do n.º 8 do art.º 5.º do Regulamento Municipal do Sistema de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Ourém;-----
- Autorizar, provisoriamente, a não ligação ao sistema público de drenagem de águas residuais nos casos em que o imóvel esteja desabitado ou noutros devidamente fundamentados;-----
- Autorizar a execução de um segundo ramal, a expensas da Câmara, desde que devidamente fundamentado; -----
- Decidir sobre pedidos de ampliação da rede de água e de alteração de ventosas, ramais, bocas de incêndio e marcos de incêndio. -----

4. No âmbito do **Sistema de Indústria Responsável (SIR)** – Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio:



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

- a) Designar o gestor do procedimento, responsável pelo acompanhamento do procedimento e pela prossecução das competências atribuídas à entidade coordenadora em relação aos procedimentos que lhe sejam cometidos por esta; -----
- b) Prestar informação e apoio técnico ao industrial, sempre que solicitado, designadamente para esclarecer dúvidas quanto à classificação de instalações industriais ou para disponibilizar documentação de referência;
- c) [Revogada];-----
- d) Monitorizar a tramitação do procedimento que envolva a emissão de títulos, licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração do estabelecimento industrial;
- e) Zelar pelo cumprimento dos prazos, incluindo os constantes da calendarização a que se refere a alínea d) do n.º 3 do artigo 22.º, quando aplicável, reportando ao IAPMEI, I. P., quando não seja esta a entidade coordenadora, ou à respetiva tutela, as situações de incumprimento que não sejam imputáveis ao industrial; -----
- f) Diligenciar no sentido de conciliar os vários interesses em presença e eliminar eventuais bloqueios evidenciados no procedimento e garantir o seu desenvolvimento em condições normalizadas e otimizadas; -----
- g) Analisar as solicitações de alterações e elementos adicionais e reformulação de documentos, assegurando que não é solicitada ao requerente informação já disponível no processo ou na posse de serviços ou organismos da Administração Pública no âmbito do sistema de informação dos estabelecimentos industriais;-----
- h) Coligir e integrar o conteúdo das solicitações referidas na alínea anterior, para as concentrar, se possível num único pedido, a dirigir ao requerente nos termos e prazos previstos no SIR;-----
- i) Reunir com o requerente e com o responsável técnico do projeto, sempre que tal se revele necessário;-----
- j) Reunir e comunicar com as demais entidades intervenientes, designadamente por meios eletrónicos, tendo em vista a informação recíproca, a calendarização articulada dos atos e formalidades, o esclarecimento e a concertação de posições, a identificação de obstáculos ao prosseguimento do processo, bem como as alternativas para a respetiva superação;-----
- k) Promover a realização de vistorias por parte das entidades públicas consultadas, podendo, quando considerado adequado, acompanhar a realização das mesmas, assegurando a conciliação dos vários interesses em presença e a eliminação de eventuais bloqueios;-----



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

- l) Disponibilizar ao requerente e ou às entidades públicas consultadas informação sobre o andamento dos procedimentos relativos à instalação e exploração de estabelecimento industrial; -----
- m) Elaborar, atualizar e disponibilizar no «Balcão do empreendedor» toda a informação relativa à tramitação necessária à emissão de títulos digitais exigíveis para a instalação e exploração de estabelecimento industrial, bem como a que respeite às demais licenças, autorizações, aprovações, registos, comunicações prévias com prazo, meras comunicações prévias, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração de estabelecimento industrial; -----
- n) Zelar pela inserção no «Balcão do empreendedor» de todas as licenças, autorizações, aprovações, registos, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração da atividade industrial, por parte das entidades públicas responsáveis pelos respetivos procedimentos.-----

**B. Subdelegação de competências:-----**

- 1. No âmbito do **Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro:-----
  - a) Conceder licenças administrativas e fixar as respectivas condições - (n.º 2 do art.º 4.º, n.º 1 do art.º 5.º, n.º 3 do art.º 20.º, n.ºs 1 e 6 do art.º 23.º, n.º 1 do art.º 57.º e n.º 1 do art.º 58.º);-----
  - b) Aprovação de informações prévias e da manutenção dos pressupostos da mesma - (n.º 4 do art.º 5.º, n.º 1 do art.º 16.º e n.º 3 do art.º 17.º);-----
  - c) Autorização do pagamento fraccionado de taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas - (n.ºs 2 a 4, do art.º 116.º e n.º 2, do art.º 117.º).-----
- 2. No âmbito do **Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém** (n.º 2 do art.º 13.º).-----
- 3. As competências previstas em outros regulamentos municipais nas áreas das funções que lhe foram atribuídas.-----

----- **VEREADORA MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA** -----

**Tarefas específicas (Pelouros) -----**

- 1. Recursos Humanos e Segurança no Trabalho-----
- 2. Informática-----
- 3. Modernização Administrativa-----
- 4. Expediente -----
- 5. Atendimento ao Múncipe -----
- 6. Estudos e Projetos Financeiros (Fundos Comunitários) -----
- 7. Transportes -----





**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

8. Estudos e Projetos Técnicos (Arquitetura e Especialidades) -----
9. Acompanhamento de obras -----
10. Eficiência Energética -----
11. Sinalização e Trânsito -----
12. Cultura -----
13. Arquivo Municipal -----
14. Biblioteca Municipal -----
15. Museu Municipal -----
16. Fiscalização e Contencioso -----
17. Notariado -----
18. Apoio ao Consumidor -----

**A. Delegação de competências:** -----

1. No âmbito do Anexo I à **Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**: -----
- a) Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão dos recursos humanos afetos aos serviços municipais e dos estabelecimentos de educação - (alíneas a) e d) do n.º 2 do art.º 35.º); -----
- b) Determinar a instrução dos processos de contraordenação e aplicar coimas (*alínea n), do n.º 2, do art.º 35.º*). -----

**B. Subdelegação de competências:** -----

1. **Regime Geral das Contraordenações e Contraordenações Ambientais:** -----  
As competências respeitantes à instrução dos processos de contraordenação e decisão dos mesmos cuja competência caiba à Câmara Municipal nos termos legais e regulamentares. -----
2. As competências previstas em outros regulamentos municipais nas áreas das funções que lhe foram atribuídas. -----

---- **VEREADOR RUI MANUEL SIMÕES VITAL** -----

Tarefas específicas (Pelouros): -----

1. Obras Municipais -----
2. Fiscalização de Obras Municipais -----
3. Administração Direta -----
4. Gestão de Equipamentos e Frota (Administração Direta) -----
5. Jardins Municipais -----
6. Associativismo, Desporto e Juventude -----
7. Licenciamentos não Urbanísticos -----
8. Serviço Municipal de Proteção Civil -----

**A. Delegação de competências:** -----

1. No âmbito do Anexo I à **Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**: -----



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

Conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas - *(alínea m) do n.º 2 do art.º 35.º)*;-----

**B. Subdelegação de competências:**-----

1. No âmbito do Anexo I à **Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**:-----  
Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos - *(alínea x) do n.º 1 do art.º 33.º)*;-----
2. **Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio Serviços e Restauração – Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro**:-----  
As competências previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º, n.ºs 2, 3 e 6 do artigo 8.º; n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º(Procedimento de autorização), artigo 41.º, artigo 44.º, (Vistorias) n.º 2 do artigo 81.º (Venda Ambulante) e n.º 1 do 146.º (Fiscalização).-----
3. **Regime Jurídico do Licenciamento e Fiscalização pelas Câmaras Municipais de Atividades Diversas**:-----  
As competências previstas nos artigos, 14.º, 18.º, n.º 1 do art.º 29.º, n.º 1 do art.º 31.º, al. b) do n.º 1 do art.º 32.º., n.º 2 do art.º 39.º, do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro,-----
4. **Regime de Manutenção e Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes**:-----  
As competências previstas no n.º 1 e n.º 3 do art.º 7.º, n.º 6 do art.º 8.º n.º 4 do art.º 9.º, n.º 1 e n.º 4 do art.º 11.º, n.º 5 do art.º 22.º e ponto 2.2. do Anexo V do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro.-----
5. **Regulamento Geral do Ruído**:-----  
As competências previstas no n.º 1 e n.º 8 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação -----
6. **Utilização das Vias Públicas para a Realização de Atividades de Carácter Desportivo, Festivo ou Outras que Possam Afetar o Trânsito Normal**:-----  
As competências previstas no n.º 1 do art.º 8.º e n.º 1 do art.º 9.º, do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----
7. **Regime Jurídico da Atividade de Guarda-Noturno**:-----  
As competências previstas no, n.º 2 do art.º 29.º, n.º 6 do art.º 30.º, n.º 1 do art.º 39.º da Lei 105/2015, de 25 de agosto.-----
8. **Regime Jurídico da Remoção, Transporte, Inumação, Exumação, Trasladação e Cremação de Cadáveres, bem como de alguns desses atos relativos a Ossadas, Cinzas, Fetos Mortos e Peças Anatômicas, e ainda da mudança de localização de um Cemitério**:-----  
As competências previstas no n.º 1 e n.º 2 do art.º 4.º Decreto-Lei 411/98, de 30 de dezembro, na sua redação atual.-----
9. **Acesso à Atividade e ao Mercado dos Transportes em Táxi**:-----



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

As competências previstas no n.º 1 e n.º 2 do art.º 12.º, do Decreto-Lei 251/98, de 11 de agosto, na sua actual redacção.-----

**10. Sistema de Defesa da Floresta Conta Incêndios - Decreto-Lei N.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto:-----**

- A competência para mandar notificar os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes com edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta daquelas edificações ou instalações, medida a partir da alvenaria exterior da edificação, nos termos do n.º 2, do artigo 15.º do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, que está atribuída à Câmara Municipal no n.º 3, do artigo 15.º do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- A competência para mandar notificar no prazo máximo de 10 dias, os proprietários ou as entidades responsáveis pela realização dos trabalhos, fixando um prazo adequado para o efeito e notificar ainda os proprietários ou as entidades responsáveis dos procedimentos seguintes, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, dando do facto conhecimento à guarda nacional republicana, nos termos do n.º 2, do artigo 21.º, do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que está atribuída à Câmara Municipal no n.º 3, do referido artigo; -----
- A competência para mandar realizar os trabalhos de gestão de combustível, nos casos de incumprimento, directamente ou a terceiros com a faculdade de se ressarcir, e desencadear os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada, que está atribuída à Câmara Municipal no n.º 3, do artigo 15.º; -----
- A competência para mandar realizar os trabalhos de gestão de combustível, sempre que se verifique que, até ao dia 15 de abril de cada ano, o incumprimento referido nos n.ºs 8 e 9 do artigo 15.º e desencadear os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada, que está atribuída à Câmara Municipal no n.º 10, do artigo 15.º.-----
- A competência para mandar executar os trabalhos de gestão de combustível, directamente ou a terceiros, sempre que decorrido o prazo referido no n.º 3 do artigo 21.º se constate que não foram realizados os trabalhos e para mandar notificar as entidades faltosas responsáveis para procederem, no prazo de 60 dias, ao pagamento dos custos correspondentes, que está atribuída à Câmara Municipal no n.º 4, do artigo 21.º. -----

**11. As competências previstas em outros regulamentos municipais nas áreas das funções que lhe foram atribuídas. -----**





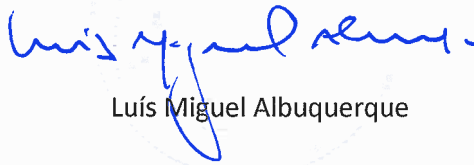
**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

--- O presente Edital produz efeitos a 02 de junho de 2018 e revoga o Edital n.º 86/2017, de 30/10/2017.-----

--- Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.-----

--- Município de Ourém, 23 de julho de 2018.-----

O Presidente da Câmara,



Luís Miguel Albuquerque